

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Comunicação, Política e Atores Coletivos

Atena
Editora
Ano 2020



Alexsandro Teixeira Ribeiro
(Organizador)

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Maurício Amormino Júnior

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lúvia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecário Maurício Amormino Júnior
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
dição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Alexsandro Teixeira Ribeiro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

C741 Comunicação, política e atores coletivos [recurso eletrônico] / Organizador Alexsandro Teixeira Ribeiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-365-1

DOI 10.22533/at.ed.651201709

1. Comunicação. 2. Política e governo. I. Ribeiro, Alexsandro Teixeira.

CDD 302.24

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Comunicação, Política e Atores Coletivos” reúne uma série de contribuições científicas que aprofundam o debate sobre temas de convergência entre as áreas da comunicação, como jornalismo, publicidade e relações públicas, em diálogo com outras áreas do conhecimento, como psicologia, sociologia, ciência política e marketing. De cunho interdisciplinar, a obra tem por objetivo apresentar o resultado de pesquisas realizadas em todo o país, consolidando um quadro de cooperações científicas que destaca a excelência nacional na produção de conhecimento. O resultado deste esforço, é uma organização que problematiza assuntos atuais e de relevância pública, como crise econômica, representatividade, gêneros, combate ao feminicídio e movimentos sociais.

De fato, em uma sociedade imersa na comunicação, em que a realidade é socialmente construída a partir das tecnologias da informação, o papel dos meios na representatividade e visibilidade social de um fato é de extrema centralidade. Com isso, a comunicação torna-se a arena para debates que renovarão a esfera pública e promover a integração da sociedade, sobretudo no que diz respeito às comunidades em vulnerabilidade, as identidades que clamam por reconhecimento e os movimentos sociais. Este é o palco que se torna predominante entre as contribuições científicas nesta obra reunida e publicada pela Atena Editora.

Aqui, em um primeiro bloco de artigos, nos aprofundamos na análise dos meios de comunicação ora como promotores de empoderamento, ora como espaço de exclusão. Nesta dicotomia, observamos os discursos e comportamentos da mídia frente ao feminismo, à representatividade da comunidade LGBTI, e à participação das mulheres nos espaços de poder. E não se encerra aí. Ainda observamos nos demais artigos e esforços acadêmicos, que dão conta da amplitude da obra e da qualidade da formação superior nacional, temas como luta pela terra, políticas públicas, a história recente brasileira na luta pela democracia, a violência urbana, crise econômica e o papel da mídia e do Estado em áreas de invisibilidade social. O rigor metodológico e as contribuições interdisciplinares faz da coleção “Comunicação, Política e Atores Coletivos” uma obra que contribui para o campo científico nacional.

Alexsandro Teixeira Ribeiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A VISIBILIDADE DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NO ESTADÃO: UM ESTUDO SOBRE A REPRESENTAÇÃO DA FIGURA FEMININA EM REPORTAGENS VEICULADAS NOS ANOS DE 1985 E 2015	
Luíza Buzzacaro Barcellos Janie Kiszewski Pacheco	
DOI 10.22533/at.ed.6512017091	
CAPÍTULO 2	14
LIP SYNC FOR YOUR LIFE: UMA DISCUSSÃO JORNALÍSTICA SOBRE DRAG QUEENS	
Talita Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6512017092	
CAPÍTULO 3	26
MULHERES UNIDAS CONTRA BOLSONARO - REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO CIVIL FEMININA NA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL DE 2018	
Raquel Lobão Evangelista	
DOI 10.22533/at.ed.6512017093	
CAPÍTULO 4	40
MÍDIAS DIGITAIS, CUIDADO E AUTOCUIDADO NO MOVIMENTO FEMINISTA COMO ESTRATÉGIA DE PARTICIPAÇÃO	
Cosette Castro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017094	
CAPÍTULO 5	53
A MULHER NA FOLHA BANCÁRIA: UM RECORTE DE GÊNERO NA IMPRENSA SINDICAL	
Alexsandro Teixeira Ribeiro	
DOI 10.22533/at.ed.6512017095	
CAPÍTULO 6	65
AS RECATADAS: AS MULHERES ENQUANTO PAUTA E PROTAGONISTAS NO RÁDIO	
Sofia Soares Dietmann Leslie Sedrez Chaves	
DOI 10.22533/at.ed.6512017096	
CAPÍTULO 7	75
O CORPO NOS ECOSSISTEMAS COMUNICATIVOS: DESDOBRAMENTOS PARA A EDUCOMUNICAÇÃO	
Ricardo Barretto	
DOI 10.22533/at.ed.6512017097	

CAPÍTULO 8	85
CÂNCER DE MAMA: CORPO, POLÍTICA E A FOTOGRAFIA HUMANISTA DE KATHARINA MOURATIDI	
Mônica Torres	
DOI 10.22533/at.ed.6512017098	
CAPÍTULO 9	101
O PAPEL DO JORNALISMO NO CONTROLE DEMOCRÁTICO E NA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	
Juciméri Isolda Silveira	
Manuella Niclewicz	
DOI 10.22533/at.ed.6512017099	
CAPÍTULO 10	110
CONTROLE, REPRESSÃO E VIGILÂNCIA SOB O OLHAR INFANTIL EM <i>O ANO EM QUE MEUS PAIS SAÍRAM DE FÉRIAS</i>	
Gisele Gutstein Guttschow	
Juliana de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.65120170910	
CAPÍTULO 11	124
DO TRABALHO PRECÁRIO À ORGANIZAÇÃO MILITANTE: FORMAS DE ATUAÇÃO POLÍTICA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)	
Renan Dias Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.65120170911	
CAPÍTULO 12	140
A CIDADE DO MEDO: A CRISE POLÍTICO-ECONÔMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A MARCA RIO	
Patricia Cerqueira Reis	
Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170912	
CAPÍTULO 13	154
A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA DE 1932: UMA ANÁLISE DA COBERTURA MIDIÁTICA ACERCA DO FATO HISTÓRICO	
Carlos Eduardo Klingelfus Grasso	
Guilherme Barros Nascimento	
Israel Filipe Santos Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.65120170913	
CAPÍTULO 14	170
BANDIDOS NA TV: A MORTE PELA AUDIÊNCIA	
Marcela Rochetti Arcoverde	
DOI 10.22533/at.ed.65120170914	

CAPÍTULO 15	181
O JORNALISMO NA ERA DO ENTRETENIMENTO: REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE INFOTENIMENTO	
Paula Miranda Leonel Azevedo de Aguiar	
DOI 10.22533/at.ed.65120170915	
CAPÍTULO 16	194
GUTEMBERG: A ERA DA IMPRENSA	
Adelcio Machado dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.65120170916	
CAPÍTULO 17	202
INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR INFORMAIS: UMA ANÁLISE DOS CONSELHOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SOUSA-PB	
Jacynara Farias de Souza Marques Rafaela Azevedo dos Santos Felix	
DOI 10.22533/at.ed.65120170917	
CAPÍTULO 18	221
INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO (2018): ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS MIDIÁTICAS UTILIZADAS PELO <i>JORNAL NACIONAL</i> E DA SUA RESPONSABILIDADE NA MUDIATIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA VIOLÊNCIA NO ESTADO	
Tamiris Artico Carla Montuori Fernandes Maria Goreti Lopes Artico	
DOI 10.22533/at.ed.65120170918	
CAPÍTULO 19	244
NEUROMARKETING APLICADO SOBRE GRANDES MASSAS	
Adelcio Machado dos Santos Alexandre Carvalho Acosta Evandro Henrique Cavalheri	
DOI 10.22533/at.ed.65120170919	
CAPÍTULO 20	252
O BRASIL NAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS QUE CIRCULAM NO IMAGINÁRIO ESTRANGEIRO, PRODUÇÃO, CONSUMO E PODER	
Roberta Brandalise	
DOI 10.22533/at.ed.65120170920	
CAPÍTULO 21	265
O CELEIRO VAZIO: A DECISÃO DE PUBLICITÁRIOS DE DEIXAR AS AGÊNCIAS CARIOCAS	
Roberto Sá Filho Diego Santos Vieira de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.65120170921	

CAPÍTULO 22.....	282
A FOTOGRAFIA EM RELAÇÕES PÚBLICAS	
Ana Domitila Rosa Lemos Silva	
Gardene Leão	
DOI 10.22533/at.ed.65120170922	
CAPÍTULO 23.....	295
PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO	
João Ernesto Pessutto	
Marco Aurelio Prette Charaf Bdine	
Nelson Finotti Silva	
Carlos Florido Migliori	
Paula de Oliveira Santos Miyazaki	
Neide Aparecida Micelli Domingos	
Leda Maria Branco	
Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki	
DOI 10.22533/at.ed.65120170923	
CAPÍTULO 24.....	308
UM TOM REDENTOR PARA O DISCURSO PUBLICITÁRIO DIANTE DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA	
Lívia Valença da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.65120170924	
CAPÍTULO 25.....	322
DESCOBRINDO NOVOS CAMINHOS: APLICAÇÕES DA TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL	
Tháís Sanches Silva	
Eliana Melcher Martins	
DOI 10.22533/at.ed.65120170925	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	333
ÍNDICE REMISSIVO.....	334

CAPÍTULO 23

PSICOLOGIA AMBIENTAL: UM DIÁLOGO COM ARQUITETURA E DIREITO

Data de aceite: 01/09/2020

Data da submissão: 05/06/2020

João Ernesto Pessutto

Centro Universitário do Oeste Paulista.
São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/7109740685362503>

Marco Aurelio Prette Charaf Bdine

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/4975903348312930>

Nelson Finotti Silva

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Pós-doutorado, Faculdade de Direito da UNILAGO, São José do Rio Preto, S.P., Faculdade de Direito Dom Bosco e IMES/Catanduva – Direito.
<http://lattes.cnpq.br/8190248086562267>

Carlos Florido Migliori

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P. e Faculdade de Direito da UNILAGO, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/1886865083620588>

Paula de Oliveira Santos Miyazaki

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde, São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/4907535955652438>

Neide Aparecida Micelli Domingos

Faculdade de Medicina de São José do Rio

Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/9513700900323880>

Leda Maria Branco

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/7971107761806600>

Maria Cristina de Oliveira Santos Miyazaki

Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto, Departamento de Psicologia. São José do Rio Preto, S.P.
<http://lattes.cnpq.br/9924379303292356>

RESUMO: Psicologia Ambiental é uma área multidisciplinar que aborda o homem em interação com seu ambiente. Discutir essa interação requer incluir tanto o ambiente físico concreto, natural ou construído, como as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas. O objetivo deste capítulo é fornecer dados sobre a relevância de três áreas para a Psicologia Ambiental: a própria psicologia, a arquitetura e o direito. A Psicologia Ambiental visa aprimorar as relações entre pessoas e ambiente natural, bem como aprimorar o microambiente (ex. moradia), os espaços compartilhados (ex. bairro) os ambientes coletivos públicos (ex. cidade) e o ambiente global. A Psicologia Ambiental deve interagir com outras áreas do conhecimento para que mudanças sejam realizadas em diferentes níveis e espaços, visando o bem-estar global. A arquitetura visa fornecer soluções arquitetônicas que promovam a saúde e o bem-estar das

pessoas. Para isso, requer também um enfoque multidisciplinar, que envolve arquiteto e urbanista, outros profissionais e os próprios usuários do espaço. Seu papel, portanto, é considerar diferentes vozes para a elaboração de um projeto, para que este seja funcional e promova a qualidade de vida de seus usuários. A preocupação com o ambiente, sob uma perspectiva legal, pode ser vista nas inúmeras leis. O direito ambiental é constituído por normas que disciplinam as atividades e as relações humanas, visando manter e conservar o ambiente (natural, cultural, artificial e do trabalho). Assim, a proteção e promoção da saúde do homem requer compreensão multidisciplinar que considere aspectos físicos, mentais e sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Psicologia ambiental; Arquitetura; Direito ambiental; bem-estar; saúde.

ENVIRONMENTAL PSYCHOLOGY: A DIALOGUE WITH ARCHITECTURE AND THE LAW

ABSTRACT: Environmental Psychology is a multidisciplinary field that focus men interacting with the environment. The discussion of men/environment interaction requires the inclusion of built or natural physical environment, as well as social, economic, political, cultural, and psychological conditions. The objective of this chapter is to point the relevance of three areas for Environmental Psychology: Psychology, Architecture, and the Law. Environmental Psychology aims to improve the relationship between people and natural environmental, and to improve microenvironment (ex. houses), shared spaces (ex. neighborhood), public spaces (ex. city), and global environment. Environmental Psychology must interact with other areas to promote changes in different levels and spaces, aiming global wellbeing. The role of architecture is to provide architectural solutions to promote people health and well-being. It also requires a multidisciplinary focus that includes the architect and urbanist, other professionals, and the space users. Architecture needs to consider different voices to design a functional project, one that promotes quality of life of its users. From a legal perspective, concern with the environmental is expressed by legislation. Environmental law includes norms to discipline activities and human relationships, aiming to maintain and to conserve environment (natural, cultural, artificial, and work-related). Health protection and promotion requires a multidisciplinary understanding about physical, mental, and social aspects.

KEY-WORDS: Environmental psychology; Architecture; Environmental law; wellbeing; health.

Psicologia ambiental é uma área multidisciplinar que aborda “as relações entre o homem e seu ambiente natural ou construído” (STEG; GROOT, 2019, p.1). Parte da premissa que a existência humana ocorre em uma relação recíproca entre pessoa e ambiente que acarreta consequências para ambos, embora essas consequências nem sempre sejam imediatamente percebidas (GIFFORD, 2014; GÜNTHER et al., 2014).

Para Campos de Carvalho (2011), indivíduo e ambiente não podem ser compreendidos isoladamente. Segundo a autora, para discutir ambiente é necessário incluir tanto o meio físico concreto (natural ou construído), como as condições sociais, econômicas, políticas, culturais e psicológicas.

Na psicologia, os estudos são frequentemente focados na pessoa. A Psicologia

Ambiental aborda a interação entre pessoa e ambiente, realizando estudos que focam, por exemplo, a percepção que as pessoas têm do espaço (físico e social), comportamentos pró-ambiente, interações das pessoas com a natureza, entre outros (GIFFORD, 2014).

A Psicologia Ambiental visa aprimorar as relações entre as pessoas e o ambiente natural, bem como tornar mais humano o ambiente construído. Isso inclui o microambiente (ex. moradia), espaços compartilhados (ex. bairro), ambientes coletivos públicos (ex. cidade) e o ambiente global. É, portanto, uma área fundamental para o bem-estar do homem, dos animais e do próprio ambiente (GIFFORD, 2014).

Bangwal, Prakash e Chamola (2017) realizaram uma revisão sobre o impacto do ambiente de trabalho na saúde e no bem-estar do profissional. Concluíram que saúde e bem-estar têm forte associação com a satisfação do trabalhador e que o local de trabalho pode afetar negativamente sua saúde (ex. locais com ventilação inadequada são prejudiciais para pessoas com asma ou outros problemas respiratórios; iluminação insuficiente, ruído e espaço inadequado estão associados a estresse e depressão). Além de prejudicar a saúde do trabalhador, locais de trabalho inadequados estão associados com absenteísmo, redução da produtividade e insatisfação. Um ambiente adequado, portanto, beneficia tanto o trabalhador como o empregador, argumento que pode auxiliar a promover mudanças ambientais positivas.

Uma revisão sobre o ambiente de trabalho (escritórios) e bem-estar apontou que as pesquisas nessa área ainda são escassas. Os estudos revisados indicaram que escritórios abertos, compartilhados e com ruído estão associados negativamente com a saúde. Por outro lado, ambientes de trabalho que encorajam a prática de atividade física, que são distantes das áreas comunitárias (ex. refeitórios) e que permitem entrada da luz do dia e a visão do mundo externo estão associados à saúde e bem-estar. A maioria dos estudos revisados foca a prevenção de problemas, e não a promoção da saúde. Além disso, os autores enfatizam que os estudos nesta área ainda estão começando a ser realizados (COLENBERG; JYLHÄ; ARKESTEIJN, 2020).

Realizamos uma busca em bases de dados nacionais e internacionais (Biblioteca Virtual em Saúde ou BVS, PubMed e PsycINFO) para identificar estudos sobre Psicologia Ambiental. Observamos que ainda são menos frequentes que estudos em outras áreas da psicologia (ex. clínica, saúde), embora possam fornecer importantes dados para outras áreas do conhecimento, como arquitetura (ex. construção de espaços) e direito (ex. defesa dos direitos das pessoas, do ambiente).

A Psicologia Ambiental deve interagir com outras áreas do conhecimento para que mudanças sejam realizadas em diferentes níveis e espaços, visando o bem-estar global. Esse é o objetivo deste capítulo, que envolve áreas que podem contribuir com a Psicologia Ambiental: arquitetura e direito.

CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA

No campo projetado, a promoção da saúde está diretamente associada às soluções arquitetônicas. Entretanto, estas raramente são avaliadas sob a ótica do usuário e a prática das análises pós-ocupações (APO) é vista pelos futuros arquitetos em disciplinas pouco valorizadas e opcionais na maioria dos centros de ensino (SILVA; MELLO, 2017).

É possível identificar, ao longo da história da arquitetura, as aspirações profissionais frente a demanda de soluções para problemas recorrentes da sociedade (NESBITT, 2008). A arquitetura, portanto, deve solucionar um problema ou uma expectativa programada, com um ambiente construído quase sempre com uma intenção plástica (LEMONS, 2003). A forma urbana e a produção arquitetônica requerem um enfoque multidisciplinar, para não dependerem quase que exclusivamente da percepção do arquiteto e urbanista. Para o sucesso de um ambiente construído, a informação é fundamental, mesmo quando proveniente da ótica de outros profissionais.

Uma abordagem similar é proposta por Lawson (2011), ao observar os diferentes geradores de restrições para um ambiente, cuja quantificação é feita a partir da percepção do projetista, do cliente, do usuário e de legisladores. Dessa maneira, é possível valorizar o olhar de cada gerador nas decisões tomadas em relação a um espaço. O modernismo de Mies van der Rohe, em sua glória com o edifício Seagram em Nova York, somente foi possível a partir de uma única visão – a do projetista – ignorando uma ampla gama de problemas. (LAWSON, 2011)

Para um cliente que vai construir um hospital, a economia é palco central de suas decisões, enquanto para o legislador a especificação do piso do hospital não leva em consideração o custo, mas sim a segurança da sociedade. Para o usuário, que passará boa parte do tempo no leito de um hospital, a disposição dos móveis e cor do piso devem induzir bem-estar. O papel do arquiteto e urbanista, portanto, é observar e considerar as diferentes vozes de um projeto, com olhar atento para a solução de problemas reais e, ao mesmo tempo, com a promoção da surpresa estética.

Na sua teoria de design (projeto) de suporte, Ulrich (1991) pontua que, para lidar com o estresse no ambiente, não devemos promover barreiras ou situações que o aumentem. Ao mesmo tempo, é preciso promover situações sociais para diminuir o estresse, sempre mirando grupos e percepções dos pacientes, visitantes e funcionários.

Com base nas teorias de Ulrich, Andrade e Devlin (2015) propuseram uma análise prática da alteração de um quarto de hospital com 217 participantes de Portugal (n=142) e dos Estados Unidos (n=75), 91 (42,1%) mulheres e 125 (57,9%) homens. Aos participantes, foi proposta a escolha de uma entre oito possíveis condições que ilustravam um quarto de hospital. As variações entre elementos incluíram espaço e cadeiras para amigos e familiares, internet, telefone ao lado da cama, sofá cama, televisão com quarenta canais, espaço para fotografias, plantas, quadros na parede com retratos da natureza,

iluminação e temperatura ajustadas pelo paciente, janelas que pudessem ser abertas e refrigeradores. Essas variações utilizam conceitos como senso de controle, distrações positivas e suporte social, mas ao final os autores constataram que apenas as duas últimas reduziram o estresse, o que pode significar que controle não é o principal interesse das pessoas internadas em hospitais.

Dentre os conceitos explorados pela psicologia ambiental (ex. controle, suporte social) existem, no campo da arquitetura, conceitos complementares. Indiscutivelmente, o território da arquitetura é a cidade e o conceito de “monumento” apresentado por Rossi, como a memória que guardamos dessas edificações, é compatível com a teoria ambiental do apego ao lugar (MONEO, 2008). A apropriação do espaço onde nos divertimos, vivemos ou trabalhamos, é para Cavalcante e Elali (2011) o local de parada que denominamos lugar. Esse ganha valor na nossa memória, assim como o monumento descrito por Rossi, e tem uma consequência valiosa para a arquitetura e sua própria manutenção.

Estreitando os laços da sociologia, da antropologia e da geografia urbana, a psicologia ambiental surge com a necessidade de ser interdisciplinar. Arquitetura, Urbanismo e *Design* também se relacionam diretamente com ela, principalmente em etapas profissionais. Exemplos dessa relação incluem o processo de projetar um ambiente voltado ao planejamento, relações metodológicas, científicas e interfaces de conceito com a disciplina programa de necessidades, alternativas de estudos preliminares e anteprojetos, etapas em que o usuário é o centro do ambiente “em fase de desenvolvimento”, o homem um dos “problemas” a ser solucionado, referindo-se as necessidades e níveis de satisfação a serem atendidos. (EVANS & MC COY, 1998).

Pontuando um dos desafios no complexo ambiente de trabalho, vale ressaltar a importância da harmonia entre profissional e pessoal. Com a definição do ambiente extremo, destaca-se o *affordance*, definido como a percepção individual do homem em relação ao ambiente, tornando mais importante a apropriação e negociação deste com seu espaço (territorialidade, senso de controle e estresse) (MASCHERONI; VINCENT, 2016). Dentro do espaço, estão os lugares particulares que, por questões emocionais, ganham valor e despertam sentimentos, como o local onde se vive, trabalha, descansa e descontraí (SILVA; MELLO, 2017).

Acredita-se que a arquitetura seja a arte de entender todas as necessidades e desejos do cliente, aplicando-os de forma funcional em um projeto. O arquiteto preza para que o programa de necessidades seja atendido, refletindo o perfil do seu usuário e não do responsável que o projetou. O profissional deve respeitar a propriedade (territorialidade) do edifício. Se não existe privacidade, há ruído constante, a iluminação é falha, as questões térmicas não são consideradas e há falta de controle sobre o ambiente, essas questões contribuem para o desconforto ambiental aumentando o estresse. O projeto ideal deve ser instrumento de melhora da qualidade de vida do indivíduo. Assim, todas essas questões técnicas, essenciais para a realização de um projeto de qualidade em Arquitetura, só serão

atendidas se o arquiteto tiver total consciência do futuro usuário (CAVALCANTE; ELALI, 2011).

Apesar das teorias existentes para direcionar o bom desenvolvimento arquitetônico, existem ambientes extremos, que podem ser encontrados em territórios inóspitos, frequentemente caracterizados pela sociedade como espaços incomuns. São ambientes onde a sobrevivência depende de treinamento e de procedimentos de segurança elaborados para reduzir o risco à vida humana. Podemos destacar como ambientes extremos as bases científicas na Antártica, navios de expedição, ambientes enclausurados, trabalhos com tanques de ar, engenharias que envolvem altura, entre outros (SMITH, 2018).

No campo da construção civil, a altura é um denominador comum para trabalhadores. Seja em obras residenciais, comerciais ou institucionais, vários riscos estão presentes em um canteiro. Ao analisar canteiros de obra em São José do Rio Preto, S.P., Pessutto (2019) investigou uso de álcool e presença de sintomas de depressão e de estresse em trabalhadores da construção civil (ajudantes de pedreiro, pedreiros, pintores, mestre de obras, armadores e engenheiros). Os sintomas de depressão e de estresse mostraram-se abaixo do esperado. Entretanto, o uso de álcool e de outras substâncias identificado entre os participantes do estudo sugere que estes profissionais podem estar utilizando estratégias negativas de enfrentamento para lidar com o ambiente extremo, neste caso a altura.

A proteção dos direitos humanos, como é o caso dos trabalhadores que trabalham em ambientes extremos, apoia-se frequentemente nas leis que regem um país.

CONTRIBUIÇÕES DO DIREITO

A consciência de que a vida humana depende dos recursos oferecidos pela natureza é antiga, desde os filósofos da Antiguidade Clássica (ANDRADE et. al, 2018). Contudo, a preocupação e o cuidado com o meio ambiente, assim como a maior consciência de que seus recursos não são ilimitados, remontam a ideais mais recentes.

No Brasil, a preocupação com o meio ambiente é demonstrada através de inúmeras leis ao longo de nossa história. A primeira lei de cunho ambiental foi o Regimento do Pau-Brasil, no ano de 1605, com o objetivo de proteger as florestas brasileiras. (TROIANI, 2018) Com o passar dos anos, outras normas de tutela ambiental foram criadas, sendo que a Constituição Federal de 1988 foi a responsável por elevar tal proteção a nível de direito humano fundamental, conforme dispõe seu artigo 225.

CF Art. 225 Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

O direito ambiental pode ser definido como

“sistema de normas que disciplinam atividades e relações humanas, submetendo-as a determinados padrões de comportamento e sanções por descumprimento, sempre com a finalidade de se manter/conservar a sanidade do meio ambiente” (ANDRADE et. al, 2018).

Deve-se destacar que o meio ambiente, como bem juridicamente a ser tutelado, pode ser dividido em: (i) meio ambiente natural; (ii) meio ambiente cultural, (iii) meio ambiente artificial; e (iv) meio ambiente do trabalho.

Observa-se, portanto, que o cuidado com o meio ambiente não envolve apenas a preservação da água, do solo, da flora, da fauna, entre outros elementos.

De acordo com o art. 3º da Lei nº 6.938/1981, meio ambiente é o “conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.” Este dispositivo legal restringe-se ao meio ambiente natural e não abrange outros bens juridicamente tutelados, como o meio ambiente cultural, meio ambiente artificial, meio ambiente do trabalho. Contudo, este dispositivo foi recepcionado pela Constituição de 1988 de forma que, tanto o conceito trazido por esta lei quanto o conceito mais amplo, são tutelados por nossa Carta Magna (SOUZA, 2016).

De acordo com Miola, ao citar José Afonso da Silva, o meio ambiente é

“direito de todos e bem de uso comum do povo e essencial à qualidade de vida, protegendo-se a qualidade da vida humana, para assegurar a saúde, o bem-estar do homem e as condições de seu desenvolvimento” (MIOLA, 2017)

Conforme já mencionado, o meio ambiente do trabalho é uma das facetas desta modalidade de tutela ambiental. A preocupação com a saúde dos trabalhadores não é novidade em nossa sociedade. No século XVI, o médico italiano Bernardino Ramazzini foi capaz de relacionar doenças com o ambiente de trabalho, constatando que muitos males estão ligados ao ofício. (RAMAZZINI, 2016)

Todavia, somente após os abusos contra operários ocorridos durante a Revolução Industrial é que surgiram as primeiras legislações com o objetivo de tutelar o trabalhador. Além disso, em 1919 foi criada a Organização Internacional do Trabalho, com o objetivo de

“promover oportunidades para que homens e mulheres possam ter acesso a um trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade”.

Em consonância com o cenário mundial, a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988, passou a demonstrar preocupação com a saúde e o bem-estar dos trabalhadores de modo que determina em seu art. 200, inciso VIII que compete ao Sistema Único de Saúde, além de outras atribuições, “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”. Portanto, a segurança da pessoa humana, inclusive no seu ambiente laboral, é objeto de proteção do nosso constituinte.

Assim, é possível conceituar o meio ambiente do trabalho

“como todos os bens materiais e intangíveis que permitem que as pessoas desenvolvam uma atividade laborativa remunerada digna e segura, a exemplo das instalações prediais, das tecnologias de segurança, dos equipamentos de proteção individual e coletiva” (AMADO, 2020).

Observa-se, desta forma, que uma das áreas do meio ambiente do trabalho é a saúde pública. Um meio ambiente equilibrado, portanto, tem relação direta entre a saúde e a qualidade de vida do trabalhador. Isto se deve, principalmente, ao caráter de direito fundamental dado ao meio ambiente do trabalho. Desta forma, todas as normas referentes à saúde do trabalhador devem estar em consonância com o direito fundamental de cada indivíduo a um meio ambiente do trabalho equilibrado (PADILHA, 2013)

Portanto, o

“meio ambiente do trabalho e proteção à saúde do trabalhador se instauram sobre um caráter indissociável, uma vez que o respeito ao direito do meio ambiente do trabalho saudável e equilibrado implica prática defensiva do direito à vida – o mais básico alicerce dos direitos fundamentais da pessoa humana” (ALVARENGA, 2013).

Para que a proteção do trabalhador ocorra da forma eficaz, Alvarenga aponta dois componentes essenciais: informação e educação ambiental. Nos dizeres desta autora,

“os trabalhadores têm, assim, direito de conhecer as reais condições ambientais a que estão expostos (os agentes tóxicos, os níveis de ruído, as altas temperaturas, as radiações, os vapores, etc.), como também a própria forma de organização do trabalho e as jornadas noturnas ou em turnos ininterruptos de revezamento”.

Inúmeras Convenções da OIT foram criadas para resguardar o direito do trabalhador a um meio ambiente do trabalho mais favorável.

A Convenção 148 traz em seu bojo normas sobre a saúde e proteção dos trabalhadores no ambiente de trabalho. Busca-se, através da aplicação destas regras, a proteção e prevenção contra acidentes de trabalho e doenças profissionais. (FASCINA et.al., 2020) Aludida convenção trata das poluições do meio ambiente do trabalho por contaminação do ar, de ruído e vibrações no local de trabalho (LODUCA, 2019).

A Convenção 161, por sua vez, dispõe sobre medidas que devem ser adotadas para que o meio ambiente do trabalho seja seguro e sadio para o trabalhador. A Convenção 155 da OIT é outro documento que traduz a importância do meio ambiente do trabalho e, determina que Governo, empregados e empregadores são responsáveis pela elaboração de uma “política sobre a Saúde e Segurança do Trabalho, além, também, da preocupação com o meio ambiente” (SANTOS, 2019). Em novembro de 2011, foi criada a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, por meio do Decreto Federal nº 7.602.

O artigo 4.2 da Convenção 155 dispõe que esta Política Nacional

“terá como objetivo prevenir os acidentes e os danos à saúde que forem consequência do trabalho tenham relação com a atividade de trabalho, ou se apresentarem durante o trabalho, reduzindo ao mínimo, na medida que for razoável e possível, as causas dos riscos inerentes ao meio-ambiente de trabalho.”

Ao mencionar a saúde dos trabalhadores, deve-se ter em mente que aquela, para a OMS, é “um estado de bem-estar físico, mental e social, e não somente a ausência de doença”. Desta forma, ao trabalhador deve ser oferecido um ambiente de trabalho que proteja sua saúde física, mental e social.

O crescimento econômico trouxe inúmeros benefícios para a sociedade, assim como várias mudanças na divisão do trabalho e nos espaços físicos oferecidos ao trabalhador. Contudo, este desenvolvimento econômico deve caminhar ao lado da proteção dos ambientes de trabalho. Assim,

“por mais que os processos de trabalho possam ser aprimorados, o trabalhador deve ter o direito de exercer sua atividade em um meio ambiente de trabalho que lhe possibilite o bem-estar e vida com qualidade” (ROCHA, 2002).

Nas lições de Delgado, a Constituição Cidadã de 1988, ao reconhecer a importância da pessoa humana, encerra a ideia meramente materialista, individualista e até mesmo segregadora que vigorava no Direito tradicional. Desta forma, eleva o ser humano ao topo da estruturação da sociedade política e da sociedade civil, ao elaborar seu Texto Máximo em direção ao reconhecimento e afirmação da pessoa humana na realidade econômica, social e institucional da vida em comunidade (princípio constitucional da *centralidade da pessoa humana na ordem jurídica*), o que inclui o direito da personalidade do trabalhador.

Por essa razão, não se deve esquecer, ainda, que o meio ambiente do trabalho não envolve unicamente o local de trabalho, como também às “condições de trabalho e de vida fora do trabalho como consequência de uma sadia qualidade de vida que se almeja para o ser humano”. Desta forma, defender um meio ambiente de trabalho equilibrado não significa proteger apenas o indivíduo como trabalhador, mas também como ser humano. Deve-se, portanto, analisar as possíveis consequências financeiras, sociais e humanas para o trabalhador, assim como para a empresa e para a sociedade como um todo. (ALVARENGA, 2013).

Com todas as transformações sociais, políticas e econômicas vivenciadas, a proteção do meio ambiente de trabalho se torna indispensável para que o indivíduo trabalhador possa ter seus direitos fundamentais resguardados, assim como dispõe a Constituição Federal.

Esta proteção, inclusive, tem grande ligação com o direito à saúde, direito social (art. 6º, CF) resguardado pela nossa Carta Magna em inúmeros dispositivos. Todos os indivíduos têm direito à saúde e cabe ao Estado dispor de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos, conforme dispõe o art. 196

da CF.

Diante disso, não se pode olvidar que as relações de trabalho são dotadas de desigualdades fáticas entre empregados e empregadores, as quais podem gerar eventuais abusos caracterizadores de violação individual ou até mesmo coletiva dos obreiros.

Nesse cenário, ganha relevância o papel do Estado que vem fiscalizando e punindo condutas violadoras à saúde física e mental dos trabalhadores, como é o caso do assédio moral, caracterizado pela prática de

“conduta reiterada seguida pelo sujeito ativo no sentido de desgastar o equilíbrio emocional do sujeito passivo, por meio de atos, palavras, gestos e silêncios significativos que visem ao enfraquecimento e diminuição da autoestima da vítima ou a outra forma de tensão ou desequilíbrio emocionais graves. (DELGADO, 2019)”

Embora caiba ao Estado a elaboração de políticas públicas, é notório que compete ao empregador, do mesmo modo, o respeito à dignidade da pessoa humana, em seu mais amplo aspecto. Portanto, trabalho digno é aquele que proporciona ao empregado um meio ambiente equilibrado e sadio, o que deve envolver tanto os aspectos estruturais do ambiente físico, como, também, uma qualidade mental e social de todos os trabalhadores, a fim de garantir uma saudável qualidade de vida.

Portanto, em busca da proteção da saúde dos trabalhadores, é imprescindível a adoção de medidas de prevenção e precaução capazes de neutralizar eventuais danos ambientais.

Somente com respeito a todos estes valores é que estarão resguardados, no meio ambiente do trabalho, os direitos e garantias fundamentais do ser humano.

CONCLUSÕES

A promoção da saúde vai além do âmbito biológico e deve incluir medidas que visam o bem-estar físico, psicológico, social e ambiental. Como é possível observar neste capítulo, a Psicologia Ambiental deve considerar vários fatores que restringem ou contribuem para a saúde do homem e para o comportamento pró-ambiental. Entre esses fatores estão clima, geografia, questões econômicas, políticas e sociais. Assim, a Psicologia Ambiental deve trabalhar de forma multi e interdisciplinar com outras áreas do conhecimento, além de adotar um modelo biopsicossocial de saúde.

REFERÊNCIAS

ALVARENGA, Rúbia Zanotelli de. Meio Ambiente do Trabalho Saudável e Equilibrado: Proteção à Saúde do Trabalhador. **Revista eletrônica [do] Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região**, Curitiba, PR, v. 2, n. 23, p. 42-66, out. 2013.

AMADO, Frederico. **Sinopses para Concursos** - v.30 - Direito Ambiental - Salvador: Editora

JusPodivm, 2020.

ANDRADE, Adriano et. al. **Interesses difusos e coletivos**: volume dois. 1 ed. – Rio de Janeiro: Forense, São Paulo: MÉTODO: 2018.

ANDRADE, C. C.; DEVLIN, A. S. Stress reduction in the hospital room: Applying Ulrich's theory of supportive design. **Journal of Environmental Psychology**, v.41, p.125-134. Disponível em: <http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0272494414001182>. Acesso em 27/05/20.

BANGWAL, D.; TIWARI, P.; CHAMOLA, P. Workplace Design Features, Job Satisfaction, and Organization Commitment. **SAGE Open**, v. 7 n.3, 2017. Disponível em: 215824401771670. doi:10.1177/2158244017716708 Acesso em 27/05/2020.

BRASIL. **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.asp Acesso em 29 de maio de 2020.

CAMPOS-DE-CARVALHO, M.I.; CAVALCANTE, S.; NÓBREGA, L.M.A. Ambiente. In: Günther, H.; Pinheiro, J. Q.; Guzzo, R. S. L. **Psicologia ambiental. Entendendo as relações do homem com o seu ambiente**. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2011.

CAVALCANTE, S.; ELALI, G. A. **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2011.

COLENBERG, S.; JYLHÄ, T.; ARKESTEIJN, M. The relationship between interior office space and employee health and well-being – a literature review, **Building Research & Information**, 2020. DOI: 10.1080/09613218.2019.1710098

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de direito do trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores**. 18. ed.— São Paulo: LTr, 2019.

Evans, G. W. & McCoy, J. M. (1998). When buildings don't work: The role of architecture in human health. **Journal of Environmental Psychology**, 18, 85-94.

FASCINA, Antônio Guerino; MOSCHINI, Sabrina. **A Convenção 148 e a proteção internacional do meio ambiente do trabalho**. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=8791dd6302cbe8cd>. Acesso em 30 de maio de 2020.

GIFFORD, R. Environmental Psychology matters. **Annual Review of Psychology**, v. 65, p. 541-579, 2014.

GÜNTHER, H.; PINHEIRO, J.Q.; GUZZO, R. S. L. **Psicologia ambiental. Entendendo as relações do homem com o seu ambiente**. 3ª ed. Campinas: Alínea, 2014.

LAWSON, B. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LEMONS, C. **O que é arquitetura**. São Paulo: Brasiliense, 2003.

LODUCA, Emília Kazue Saio. **O direito fundamental e constitucional ao meio ambiente do trabalho equilibrado e saudável**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-do->

trabalho/o-direito-fundamental-e-constitucional-ao-meio-ambiente-do-trabalho-equilibrado-e-saudavel/. Acesso em 30 de maio de 2020.

Mascheroni, G., & Vincent, J. (2016). Perpetual contact as a communicative affordance: Opportunities, constraints, and emotions. **Mobile Media & Communication**, 4(3), 310–326. <https://doi.org/10.1177/2050157916639347>

MIOLA, Ana Luisa Imoleni. O meio ambiente do trabalho enquanto direito fundamental diante da atuação do Poder Judiciário. **Revista Jus Navigandi**. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/59655/o-meio-ambiente-do-trabalho-enquanto-direito-fundamental-diante-da-atuacao-do-poder-judiciario>.

MONEO, R. Inquietação teórica e estratégia projetual. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.

NESBITT, K. Uma nova agenda para a arquitetura. 2ª ed. rev. São Paulo: COSAC NAYFY, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Conheça a OIT**. Disponível em: <https://www.ilo.org/brasil/conheca-a-oit/lang-pt/index.htm>. Acesso em 29 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 148 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236121/lang-pt/index.htm. Acesso em 29 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 155 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236163/lang-pt/index.htm. Acesso em 30 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 161 OIT**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_236240/lang-pt/index.htm. Acesso em 30 de maio de 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE. **Indicadores de saúde: elementos conceituais e práticos**. Disponível em: https://www.paho.org/hq/index.php?option=com_content&view=article&id=14401:health-indicators-conceptual-and-operational-considerations-section-1&Itemid=0&lang=pt. Acesso em 30 de maio de 2020.

PADILHA. Norma Sueli. **Meio Ambiente do Trabalho: um direito fundamental do trabalhador e a superação da monetização do risco**. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/55993/009_padilha.pdf?sequence=1. Acesso em 29 de maio de 2020.

PESSUTTO, J. **Ambientes extremos: sintomas de estresse, de depressão e uso de álcool na construção civil**. 2019. 150 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia e Saúde) – Faculdade de Medicina de São José do Rio Preto. São José do Rio Preto, 2019.

RAMAZZINI, Bernadino. **As doenças dos trabalhadores**. 4. Ed. – São Paulo: Fundacentro, 2016. 321p.

ROCHA, Júlio César de Sá da. Direito Ambiental do Trabalho: reflexo da contemporaneidade. **Revista de Direito Sanitário**, vol.3, n.1, Março de 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/81488>. Acesso em 30 de maio de 2020.

SANTOS, Eder. **Convenção 155 da OIT: um tratado de prevenção**. Disponível em: <http://www.sstonline.com.br/convencao-155-um-tratado-de-prevencao/>. Acesso em 30 de maio de 2020.

SILVA, R. B.; MELLO, M. M. A importância do estudo da psicologia ambiental na formação do arquiteto. **RENEFARA**, v.11, n.11, 2017. Disponível em: http://www.faculdadearaguaia.edu.br/sipe/index.php/renefara/article/view/609/pdf_94 Acesso em 20/05/2020.

SMITH, N. Relations between self-reported and linguistic monitoring assessment of affective experience in an extreme environment. **Wilderness & Environmental Medicine**, v.29, n.1, p. 61-65, 2018.

SOUZA, Adirleide Greice Carmo de. Os impactos do assédio moral no meio ambiente do trabalho e a tutela jurídica do trabalhador. **Revista de Direito Ambiental e Sociedade**, v.6, n.1. 2016, p.250-272. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/4025/2521> Acesso em 30 de maio de 2020.

STEG, L.; GROOT, J. M. I. **Environmental Psychology**. 2. ed. Hoboken,NJ: John Wiley & Sons, 2019. E-Book. Disponível em: Amazon.com. Acesso em 25/05/2020.

TROIANI, Leonice. **A abordagem do direito ambiental sob aspecto constitucional**. Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/a-abordagem-do-direito-ambiental-sob-aspecto-constitucional/>. Acesso em 29 de maio de 2020.

ULRICH, R. S. Effects of interior design on wellness: theory and recent scientific research. *Journal of Health Care Interior Design: Proceedings from The Symposium of Health Care Interior Design*, v.3, p. 97-109, 1991. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/10123973> Acesso em 18/05/2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

análise de conteúdo 26, 37, 221, 228, 268

Análise de Conteúdo 242

Art-College Berlin-Weissense 88

C

Câncer de Mama 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Ciberativismo 26, 50

Comunicação Política 30, 32, 221

Conselho Tutelar 202, 210, 213, 214, 215, 219

Constituição Federal 4, 102, 203, 221, 222, 300, 303, 305

Crise Econômica 141, 145, 154, 308, 310, 313, 316

D

Discurso Publicitário 308, 312, 314, 319

Ditadura Civil-Militar 25, 111, 112, 114, 115, 118, 120, 122, 123

E

Educomunicação 75, 76, 78, 81, 83, 84

Estética 16, 43, 95, 98, 110, 111, 112, 122, 159, 170, 174, 175, 176, 178, 191, 264, 298

F

Feminicídio 4, 7, 10, 11, 13, 40

Feminismo 15, 24, 27, 34, 39, 44, 45, 46, 48, 51, 52, 65, 66, 68, 74

Fotografia de Exaltação 286, 287, 293

Foucault 19, 20, 24, 40, 42, 43, 51, 102, 106, 107, 108, 109, 253, 254, 264, 318, 320

G

Gaudreault 112, 113, 120, 123

Gênero 3, 4, 5, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 24, 25, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 56, 57, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 97, 173

Grotesco 172, 174, 175, 180

Guerra Civil 157, 164, 167

Gutenberg 194, 196, 200

H

Habitus 313, 318

Historicidade 252, 253, 254

I

Imprensa 2, 5, 9, 10, 11, 12, 18, 22, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 64, 107, 154, 155, 157, 159, 160, 162, 164, 165, 167, 168, 169, 177, 184, 187, 188, 189, 191, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 227, 255, 256, 283, 288, 333

Infotendimento 150, 181, 191

Intervenção Federal 221, 222, 225, 228, 234, 236, 238, 239, 240, 241

J

Jornalismo Sindical 53, 54, 55, 56, 64, 333

Jornal Nacional 221, 225, 226, 228, 229, 230, 233, 235, 238, 241

Judith Butler 15, 44

K

Katharina Mouratidi 85, 86, 87, 88, 91, 92, 94, 96, 100

L

LGBT 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 211

M

Marketing Territorial 140

Martín-Barbero 75, 76, 77, 84, 191, 193, 255, 264

Mídias Digitais 40, 41, 46, 47, 81

MTST 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139

Muniz Sodré 81, 172, 190, 224

N

Narrativa 93, 111, 112, 114, 118, 122, 123, 160, 171, 173, 182, 185, 186, 189, 190, 192, 228, 291, 292, 317

Neuromarketing 244, 245, 246, 247, 250, 251

Noticiabilidade 6, 170, 177, 182

Novos Movimentos Sociais 124, 126, 206

P

Performance 17, 18, 91, 92, 98, 100

Pesquisa Exploratória 34

Políticas Públicas 4, 12, 13, 38, 101, 102, 105, 106, 107, 108, 109, 144, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 214, 215, 216, 217, 223, 281, 304

Prensa 189, 194, 195, 197, 198, 199, 201, 294

Protestantismo 200

Psicologia Ambiental 295, 296, 297, 299, 304, 305, 307

R

Rádio 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 84, 161, 173, 184, 257

Redes Sociais 26, 30, 32, 33, 39, 41, 46, 49, 50, 77, 148, 167, 180

Representações Midiáticas 252

S

Subproletariado 131

V

Valor Notícia 170, 171, 174, 177

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Comunicação, Política e Atores Coletivos

 **Atena**
Editora
Ano 2020

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 